

ENUNCIÇÃO, DISCURSO E ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Jarbas Vargas Nascimento*

Resumo: Neste artigo, discutimos a possibilidade de diálogo entre a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso de linha francesa como alternativa de mediação em práticas pedagógicas de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa. É sabido por todos os que se dedicam à língua portuguesa no contexto do magistério que, nem sempre, as teorias linguísticas dialogam, igualmente, com as abordagens educacionais, quando se enfoca esse tema na academia. Tomando uma carta produzida por Frei Antonio das Chagas, durante o movimento Barroco em Portugal, buscamos estabelecer uma interlocução entre as perspectivas enunciativas e as discursivas, no sentido de possibilitar novos olhares para as práticas pedagógicas da sala de aula. Importa ressaltar o caráter reflexivo e não conclusivo das perspectivas que trazemos para essa discussão, no sentido de que impulsionem mudanças nas atitudes daqueles que se ocupam do ensino e da aprendizagem do português.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Enunciação. Cartas Espirituais. Ensino.

Abstract: In this article, we discuss the possibility of a dialogue between the Theory of Enunciation and the French line Discourse Analysis as alternative mediating pedagogical practices in teaching and learning Portuguese. It is well known by all engaged in the Portuguese language in the pedagogical context that linguistic theories do not always dialogue equally with the educational approaches, whenever the topic arises in the academy. Based on a letter produced by Chagas, during the Baroque movement in Portugal, we seek to establish an interlocution between the enunciative and discursive perspectives, in order to allow a new look at the teaching practices in the classroom. It is important to emphasize the reflective and inconclusive nature of the perspectives we bring to this discussion, so that they can promote some changes in the attitudes of those who are concerned with Portuguese teaching and learning.

Keywords: Discourse Analysis. Enunciation. Spiritual Letters. Teaching.

Neste artigo, discutimos a viabilidade de diálogo que pode ser realizado entre a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso de linha francesa como alternativa de mediação em práticas pedagógicas de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa em diferentes níveis e graus. É sabido por todos os que se dedicam à língua portuguesa no contexto do magistério que, nem

* Professor Doutor do Departamento de Português e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, SP, Brasil, jvnf1@yahoo.com.br

sempre, as teorias linguísticas dialogam, igualmente, com as abordagens educacionais, quando se enfoca esse tema na academia. Isso ocorre por diversas razões. Entre elas, podemos considerar o distanciamento da universidade, reconhecida como produtora de conhecimentos, as interferências teórico-práticas concretas na sala de aula e consequente posicionamento negativo dos professores sobre a relação teoria e prática nos processos de ensino e de aprendizagem. Outra razão depreende-se da crise dos referentes educacionais tradicionais, quando se revela que grande parte dos cidadãos brasileiros escolarizados, em seu cotidiano e em situação de problematização, não sabe colocar em prática os conhecimentos teóricos aprendidos na escola.

Além disso, vale enfatizar que, embora nem todos os pedagogos pensem da mesma maneira, alguns pesquisadores, dentre eles, argumentam que as teorias educacionais sempre apresentaram contribuições significativas e eficazes para as práticas de ensino e de aprendizagem, inclusive, de língua portuguesa, não precisando, por conseguinte, questionar a eficácia de tais teorias e nem resignificar a função social do ensino à luz daquelas abordagens. Para esses educadores, são importantes as contribuições de Piaget, Wallon e Vygotsky, entre outros, cujos estudos exercem, até hoje, grande influência intelectual, social e metodológica no processo educacional.

Parece-nos, portanto, necessário dizer que há de se valorizar o paradigma da interdisciplinaridade e exigir o empreendimento da articulação de diferentes disciplinas, de modo particular, aquelas que enfocam a linguagem, no interior da complexidade das práticas pedagógicas da sala de aula. Ao longo do século XX, podemos perceber grandes avanços em todos os campos do conhecimento humano e a validação das pesquisas interdisciplinares, que determinou o aparecimento de várias disciplinas para as quais o enfoque não é apenas objeto da Linguística, mas de outras áreas, tais como a Sociologia, a Psicologia e as Teorias contemporâneas da Educação, que vão desde a espiritualista à social, passando pelas correntes mais voltadas às questões psicológicas e desenvolvimentistas. Esta atitude, sem dúvida, exige mudanças epistemológicas e, em decorrência, reconceitualizações dos dispositivos impostos pela tradição.

Desde a década de 1960, vivemos em um contexto de reconfigurações teóricas em que surgem novas disciplinas, no campo da Linguística, com caráter interdisciplinar, tais como a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso, entre outras, que podem intervir nas práticas

educativas e suscitar nos professores e estudantes reflexões que visam a mudanças no ensino de língua portuguesa. Os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa (p.20) atestam o que vimos dizendo, quando afirmam que

as condições atuais permitem repensar sobre o ensino da leitura e da escrita considerando não só o conhecimento didático acumulado, mas também as contribuições de outras áreas, como a psicologia da aprendizagem, a psicologia cultural e as ciências da linguagem. O avanço dessas ciências possibilita receber contribuições tanto da psicolinguística quanto da sociolinguística; tanto da pragmática, da gramática textual, da teoria da comunicação, quanto da semiótica, da análise do discurso.

Não desejamos defender aqui que a imposição das teorias linguísticas resolva todos os problemas da sala de aula de ensino de Língua Portuguesa. Tal posicionamento parece-nos ingênuo e implicaria negar as contribuições das teorias educacionais em suas perspectivas histórico-culturais e, por conseguinte, abortá-las das discussões que se alinham, hoje, sobre inovações para o ensino de leitura e escrita, na escola.

Isto posto, este artigo busca, então, estabelecer uma interlocução entre a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso de linha francesa (AD), tomando como enfoque alguns dispositivos, que oportunizam novos olhares para as práticas pedagógicas da sala de aula de língua portuguesa, tendo em vista as exigências que a sociedade impõe sobre a escola. Importa ressaltar o caráter reflexivo e não conclusivo das perspectivas que trazemos para essa discussão, no sentido de que propiciem mudanças nas atitudes daqueles que se ocupam do ensino de língua e escrita. O que queremos enfatizar é a necessidade de mudanças de rumo e inovações nas práticas pedagógicas e que cada professor reflita, selecione, tome decisões sobre seu padrão de comprometimento com o ensino, de modo a formar sujeitos preparados e atingir uma educação humanamente digna, ou seja, de excelência.

Como as perspectivas linguísticas, que privilegiamos, valorizam o texto e o discurso, faz-se urgente dizer que, pensar esses dois termos, se torna uma ação bastante complexa, na medida em que, desde Quintiliano até a atualidade, texto e discurso são assumidos diferentemente e resultam metodologias diversas. Para Indursky (2006, p.35), “o sentido de texto muda de acordo com o aparato teórico de que nos cercamos para concebê-lo. E, se a concepção de texto não é a mesma para todos, também não é idêntico o trabalho que sobre ele pode ser realizado”. O mesmo

acontece com o termo discurso, que no contexto da ciência da linguagem, desde o estruturalismo até as vertentes atuais da Linguística contemporânea assume concepções e tratamento diferenciados, resultando em investigações não idênticas.

Portanto, o que nos importa, agora, é ter claro que os direcionamentos adotados para nosso artigo focalizam o texto e o discurso em meio às perspectivas educacionais contemporâneas, com o objetivo de instaurar um procedimento reflexivo, que nos permita subsidiar as práticas pedagógicas da sala de aula de língua materna. Para os Parâmetros Curriculares Nacionais (p.25), “o discurso, quando produzido, manifesta-se linguisticamente por meio de textos. Assim, pode-se afirmar que texto é o produto da atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo significativo e acabado, qualquer que seja sua extensão”.

Para exemplificar nossa hipótese, selecionamos como objeto de análise a carta VII, retirada de *Cartas Espirituais*, escritas nas condições sócio-históricas e estético-culturais do Barroco português, por Frei Antonio das Chagas. A escolha dessa carta deve-se ao fato de poder apreendê-la como discurso e verificar nela a maneira como o sujeito enuncia e encadeia os enunciados, que geram, no funcionamento do discurso, efeitos de sentido literário e religioso com tom de aconselhamento. Por meio de um discurso como esse, o professor poderá trazer para a sala de aula uma discussão que contemple a história de Portugal no século XVII, as marcas do movimento Barroco português, a figura de Chagas no cenário estético e religioso do século, as marcas linguísticas do português em uso, naquela época, além de incluir abordagens sobre o gênero de discurso carta, a fim de que os alunos possam dominar a escrita em situações efetivas de uso desse gênero.

Na verdade, o que propomos, a seguir, é abordar aspectos da Teoria da Enunciação e da Análise do Discurso como disciplinas que se vinculam e podem orientar a análise que faremos da carta de Frei Antonio das Chagas, que encarna uma maneira peculiar de trabalho com a escrita e o conteúdo a que se propôs a tratar.

Na perspectiva de Benveniste, a preocupação inicial da Teoria da Enunciação não é com o texto em si, mas com o enunciado e por meio dele chegar à enunciação, o que transforma a língua em discurso. Segundo Flores & Teixeira (2005, p. 99), “o que caracteriza a linguística da enunciação é a abordagem do fenômeno enunciativo na linguagem, desde um ponto de vista que considere o sujeito que enuncia”. Disto decorre que a Teoria da Enunciação leva em

consideração o papel do sujeito, as marcas pelas quais esse sujeito se apropria da língua, avançando em relação às perspectivas até então conhecidas. Neste sentido, podemos afirmar que a Teoria da Enunciação deixa de abordar a língua como um sistema de regras, para se assumir como uma vertente em que o falante (EU) se define como único e constitui-se pela apropriação da língua, no instante em que toma a palavra, ao escrever ou falar, conforme postula Benveniste (1991). Frente a isso, a língua passa a ser apreendida, então, segundo Maingueneau (1981) como uma forma de atividade entre dois protagonistas.

Embora a questão da enunciação seja discutida de maneira diferente e por vários autores, entre eles, Bakhtin (1929), Bally (1932), Kerbrat-Orechionni (1980), Authier-Revuz (1982), Ducrot (1987), limitamo-nos aqui às contribuições de Benveniste (1989 e 1991), tendo em vista seu pioneirismo na proposição da noção de enunciação na Linguística. Para Benveniste, o objeto de sua teoria é o enunciado, entendido como colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com determinada finalidade. Assim, para o autor, passa-se da frase para a enunciação, em que se deve considerar o EU, aquele que fala e o interlocutor, o TU, aquele com quem se fala, ou seja, deve-se preocupar com o modo como EU e TU se manifestam no enunciado, considerado produto da enunciação. Além disso, deve-se ter em conta, segundo Benveniste, o contexto situacional, o tempo e o espaço da enunciação, marcados por índices, tais como aqui, agora etc. Neste sentido, para que haja enunciação, faz-se necessário os interlocutores, mobilizados por relações espaciotemporais. Por isso, na caracterização dos interlocutores, considerar-se-ão as pessoas EU/TU, que se constituem-se na instância do discurso e alternam-se no processo de apropriação da língua; por isso, são indissociáveis, uma vez que o indivíduo só adquire existência através do OUTRO. A não-pessoa, ELE, é do nível sintático da língua e pode representar vários ou nenhum indivíduo; é a referência da enunciação. Portanto, para Benveniste (1989, p. 278-279) os pronomes EU e TU possuem existência linguística e referem-se à realidade do discurso.

Com base na reflexão que antecede, podemos sintetizar que há três aspectos da teoria de Benveniste que esclarecem bem o que mencionamos. Um deles refere-se ao conceito de enunciação, que para o autor é o colocar a língua em funcionamento por meio de um ato individual de utilização. Outro aspecto importante de sua teoria é a informação de que há diferentes formas de análise da enunciação. Como a fala é fundamentalmente cooperativa,

Benveniste postula, ainda que a enunciação se funda na relação EU/TU, que nos permite depreender que o homem está na língua e sob a condição da intersubjetividade. Como, por essa vertente, a língua pode ser abordada em seu funcionamento, legitimando o processo de interação que se dá entre os interlocutores, o enfoque sobre a enunciação pode levar os estudantes a depreender novos efeitos de sentido dos discursos colocados em situação de leitura em sala de aula.

Até aqui, abordamos alguns aspectos da Teoria da Enunciação na perspectiva de Benveniste, que nos pareceram produtivos para o ensino e aprendizagem de leitura e escrita. A partir de agora, trataremos da Análise do Discurso, que ganha, cada vez mais, um espaço central, na academia, em meio a outras disciplinas da Linguística. As práticas discursivas tornaram-se um objeto de estudo privilegiado no interior da Análise do Discurso (AD), fazendo com que ela fundamente o exame de diferentes discursos em circulação em nossa sociedade, permeie distintas áreas do conhecimento, sobrepondo sua metodologia frente à abertura que lhe proporciona o paradigma da interdisciplinaridade.

Com efeito, quando Maingueneau (2007) se concentra sobre a discussão de alguns princípios que organizam a AD, primeiramente, ele procura estabelecer uma organização no campo dos estudos discursivos, avalia-o por sua aparência instável e heterogênea e procede à distinção entre as unidades tópicas e não-tópicas. Assim, postula os limites e as fronteiras com as quais a disciplina se institui e esclarece que alguns estudiosos a particularizam como um domínio aberto e de contornos imprecisos, portanto, com pouca cientificidade. Para Maingueneau, a AD se constituiu progressivamente por meio da convergência de diversas vertentes, como uma alternativa para a integração de diferentes áreas do conhecimento em seu quadro teórico-metodológico. Nesta perspectiva, o diálogo com quaisquer outras teorias linguísticas pode contribuir tanto para os professores quanto para os alunos, envolvidos com projetos de mudanças para o ensino e a aprendizagem de português.

Maingueneau observa que alguns estudiosos, que investigam a discursividade na língua, tentam garantir a legitimidade das teorias de discurso, enfatizando a antiguidade delas, como faz Van Dijk (1985), ao postular que a AD dá continuidade à Retórica Clássica.

Em um esforço para chegar a um conceito mais definitivo e abrangente do campo da AD, Maingueneau percorre uma multiplicidade de conceitos para a(s) análise(s) de discurso,

propostos por pesquisadores de outras épocas e tendências. Na lista dos nomes de estudiosos que contribuíram, de alguma forma, para o avanço da AD, o autor inclui Harris (1952), Brown & Yule (1983), Levinson (1983), Van Dijk (1985), Schiffrin (1994), Moeschler & Reboul (1998), Charroles (1999). Pela quantidade de conceitos e de posicionamentos desses e de outros estudiosos, Maingueneau (2007, p. 18) adverte:

A dificuldade que se experimenta ao se definir a análise do discurso também se prende ao fato de que a relação entre «discurso» e «análise do discurso» é pensada espontaneamente nos mesmos moldes da relação estabelecida entre objeto empírico e disciplina que estuda esse objeto. A partir da constatação de que existiria um domínio comumente denominado «discurso», identificado mais ou menos vagamente com a atividade contextualizada de produção de unidades transfrásticas, a análise do discurso seria considerada como sendo a disciplina que se ocuparia de tal domínio. Isso significa pressupor algo que não é evidente: que o discurso seja um objeto imediatamente dado e, ainda por cima, que ele seja objeto de uma disciplina.

Na verdade, Maingueneau quer apontar que o discurso não é objeto de estudo de uma única disciplina, mas de várias que o concebem por enfoques distintos. A tendência da AD, nas perspectivas apontadas pelo autor, é apreender o discurso do ponto de vista das coerções institucionais, da heterogeneidade enunciativa, do interdiscurso e, ainda, da necessidade de uma reflexão sobre as posições de subjetividade implicadas pela atividade discursiva. Ao acenar para a sua natureza e especificidade, Maingueneau declara o seu primado do interdiscurso, afirmando que a AD que ele faz, não toma como objeto de análise o discurso, mas o interdiscurso, um espaço de trocas que o analista constrói em função de seus objetivos. Em outras palavras, Maingueneau postula que, ao colocar em funcionamento um discurso, o enunciador sempre incorporará, polemicamente ou não, o discurso do Outro.

Seguindo sua reflexão, Maingueneau discute as questões das unidades fundamentais com as quais os analistas do discurso operam. E esclarece que, na AD, faz-se necessário uma articulação entre os conceitos de formações discursivas, de gênero do discurso e divide o procedimento de análise de discursos em analítico e integrativo. Para ele, o procedimento analítico, de um lado, ilustrado por Pêcheux, com influências da Psicanálise, consiste em extinguir as continuidades para fazer aparecerem nos textos as redes de relação invisíveis entre os enunciados. O integrativo, por outro lado, ilustrado pelos trabalhos de Charaudeau (1995) e

Adam (1999), objetiva articular os componentes da atividade discursiva, apreendidos na dimensão textual e social. Para afinar e ampliar estes dois procedimentos, Maingueneau trata das unidades tópicas e não tópicas.

As unidades tópicas subdividem-se em territoriais, a que correspondem a espaços predelineados pelas práticas verbais. São tipos de discurso relacionados a certos ramos da atividade social, como o administrativo, o jurídico, o publicitário, entre outros, que englobam alguns gêneros de discurso, que devem ser entendidos como dispositivos de comunicação, sócio-historicamente variáveis, pois os gêneros são definidos dentro das práticas verbais instituídas. As unidades transversas são aquelas que atravessam os textos e que se enquadram em diversos gêneros de discurso. Podem ser entendidas de acordo com critérios linguísticos, funcionais ou comunicacionais. Os critérios linguísticos podem ser de ordem enunciativa como em Benveniste (1966) ou fundadas em estruturações textuais como em Adam (1999). Os funcionais podem ser ilustrados pelo esquema das funções de Jakobson e, além desses, há outros pesquisadores que postulam que a linguagem é mobilizada para cumprir determinadas funções dominantes, como a lúdica, a informativa e a normativa.

As unidades não-tópicas são isoladas pela zona de interesse do analista de discursos; são mostradas na enunciação e atravessam os gêneros do discurso. São, por isso, as unidades não-tópicas, que marcam sua presença nos discursos sem, contudo, validar o próprio pertencimento, como é discurso racista ou o homofóbico. Do que antecede, para Maingueneau, não há análise discursiva sem um trabalho com as unidades tópicas, territoriais ou transversas. Seria, entretanto, um equívoco limitar tal análise somente às unidades tópicas, pois não se poderiam estabelecer as relações com o interdiscurso que é o que domina o discurso. É por esse motivo que a AD é vista por muitos como uma disciplina instável, que se transforma de acordo com o desenvolvimento da comunicação humana.

A reflexão anterior deixa claro que podemos tomar a AD como um referencial teórico-metodológico e crítico que pode subsidiar e orientar discussões e pesquisas, que revertam em melhoria para o ensino e a aprendizagem de leitura e escrita, como acontece com outras disciplinas, já mencionadas anteriormente. Considerando, então, nas perspectivas de Maingueneau (2008), os dispositivos analíticos para além da língua e da história, podemos dizer que a AD se ancora na Linguística e configura-se como uma nova maneira de fazer

cientificamente análise de discursos, principalmente, se considerarmos o deslocamento da noção de discurso para interdiscurso, a partir de um sistema de restrições semânticas.

Uma vez que o discurso é apreendido como uma prática social e que o sujeito manifesta uma competência (inter)discursiva sobre essa prática por meio da língua(em), os projetos de intervenção no ensino de língua portuguesa, neste contexto, devem organizar-se, tomando o discurso oral e o escrito como objetos de investigação e levando em consideração os diversos gêneros de discurso em circulação em nossa sociedade. Com base no que antecede, ou seja, observando as orientações advindas das hipóteses propostas por Maingueneau (2005), tudo indica que é possível pensarmos a inserção da AD nos espaços das discussões sobre o ensino de leitura e escrita em língua portuguesa.

Tomemos agora a Carta VII, retirada do Volume I de *Cartas Espirituais* de Frei Antonio das Chagas como material linguístico para a prática analítica da atitude do sujeito enunciador em relação a seu conteúdo e seus co-enunciadores. Procurando identificar as relações entre os enunciados constitutivos do funcionamento dessa carta e, assumindo o gênero como uma instância reguladora desse discurso, propomos uma aproximação da perspectiva enunciativa, conforme Benveniste, com uma discursiva, de acordo com Maingueneau, que se articulam. Aliás, não há como negar que a AD defendida por Maingueneau se constitua como uma abordagem enunciativo-discursiva em que as representações do sujeito englobam os lugares sociais em que ele se inscreve para enunciar. Em outra direção, as reflexões de Bazerman (2007, 2009) são, também, significativas, na medida em que objetivam o gênero carta em uma perspectiva histórica e interativa e viabilizam uma relação entre os elementos enunciativos desse gênero de discurso com as condições sócio-históricas e culturais do século XVII.

A Carta VII, assim como todas as outras da produção de Chagas, apresenta-se como um veículo de comunicação escrita propício à transmissão de valores espirituais, linguísticos e literários, pois coloca em funcionamento a língua, o homem e o mundo, ao materializar indícios do paradigma da orientação espiritual daquele século, por meio de enunciados definidos em um tempo e um espaço da enunciação. Trata-se de um tipo de gênero de discurso que pode ser descrito como a manifestação da projeção de um sujeito enunciador sobre seu co-enunciador como espaço privilegiado de comunicação.

Analisaremos, primeiramente, as condições sócio-históricas de produção da carta, a organização informal e organizacional desse gênero de discurso até chegarmos às escolhas enunciativas que o sujeito enunciator faz, na cena constituída, para conseguir a adesão de seu co-enunciador. Apresentamos, também, algumas considerações decorrentes desse primeiro tópico de análise, levando em conta as condições históricas de produção, o tipo de carta e os dispositivos estético-discursivos relativos às especificidades da situação de enunciação que impõe seu uso.

Para a compreensão da *Carta*, faz-se necessário recorrer às condições externas de sua produção que apontam regularidades no dizer e do fazer sentido no conteúdo do discurso. Se se conhecer a posição da Igreja em relação à espiritualidade naquela época e a pedagogia cultural imposta aos fiéis, é possível perceber a relação que o enunciator trava com seu co-enunciador no funcionamento discursivo. Assim, nas condições de produção e de veiculação desse discurso, era comum exigir um comportamento que considerasse o agir cristão à luz da retidão moral como caminho para a perfeição.

As cartas de Chagas foram editadas após sua morte, mas divulgadas durante sua vida por meio de cópias manuscritas destinadas a diferentes leitores com o intuito de aproveitamento de suas orientações e metodologias para o diálogo entre o fiel e o mundo. Elas tiveram grande relevância durante o século XVII, principalmente por divulgarem valores religiosos da Igreja que, inserida no contexto do dualismo sacro/profano, fruto das influências do movimento estético barroco, dialoga com ele, para descrever proximidade interior entre o enunciator e seu co-enunciador, geralmente religiosas.

A carta que escolhemos se organiza em função da interdiscursividade marcada pelos campos bíblico, religioso e literário e nos permite entender a língua em uso e o clima de opinião do século XVII, em Portugal. O discurso de Chagas apresenta em sua organização uma epígrafe, saudação inicial, orientações e reflexões, saudação final, data e despedida, visando a facilitar a compreensão de seu conteúdo pelo co-enunciador. Por isso, com marcas de personalidade, construída pela relação entre seu dizer e a falta do dizer do outro, o enunciator aborda seu co-enunciador, localizando-o e designando-lhe uma identidade discursiva, a fim de garantir a adesão ao seu discurso, ao mesmo tempo em que o interpela a instalar um novo processo comunicativo, quando de sua resposta.

Vamos diretamente ao discurso de Chagas:

Carta VII

*O Amor de Deus more na Alma de VS
Minha senhora,*

*1.Todos se queixam das minhas faltas e todos tem razão, se de
2.mim se queixam. E V.S. muito mais. Mas um homem tão deitado
3.a longe, que pode fazer que bom seja? Quanto é maior a minha
4.tibieza e negligência com Deus e com os próximos, tanto maior
5.espero que seja a caridade de V.S. em rogar por mim a Deus.*

*6.Em meus pobres sacrifícios, quanto posso, desejo merecer a 7.V.S.
a lembrança que tem de mim diante de Deus e que vá 8.adiante a
concordia, que em todas as cousas de V.S. e de sua 9.casa, filhos,
netos e sobrinhos se continuem e aumentem as 10.felicidades d'alma
e da vida que lhe desejo. Mas em bons 11.desejos se me vai tudo.
Nada é o que obro, porque o mais que 12.faço é nada. As melhores
Caldas do mundo são a graça de 13.Deus, a santa oração e
conformidade com Deus, caridade e 14.paciência nas
contrariedades que desejamos. Se nestas se 15.meter a Senhora
Condessa, terá quanto quiser de Deus e 16.saberá pacificar-se, não
querendo de Deus nada senão o que 17.ele quer, que sempre é o
melhor.*

*18.Eu vou continuando esta peregrinação por esta banda. Já vai
19.para o fim e desejava começar de novo para Miranda. Não sei
20.se terei tempo, vida e espírito. Faça-se a divina vontade. Os
21.companheiros andam bons. O Padre Fr. Luís entendo escreve a
22.V.S. Agora fica com uma grande ciática. Isto também é bom
23.para os servos de Deus. Encomende-nos V.S. a Sua Divina
24.Majestade, que guarde a V.S. quanto lhe peço e desejo.*

Barcelos, 18 de fevereiro de 1678.

De V.S. servo inútil e muito obrigado

O discurso inicia com uma epígrafe *O Amor de Deus more na Alma de VS* que funciona como uma manobra interdiscursiva, em que se retoma o discurso teológico e que intervém no

funcionamento interno do discurso, com o objetivo de engajamento do enunciador com o seu co-enunciador, estabelecendo, por conseguinte, um quadro enunciativo religioso. Pela epígrafe, o enunciador direciona o processo comunicativo, procura levar seu co-enunciador a um assentimento ideal, uma vez que apela para uma perspectiva religiosa, ofuscando uma função estética, ao filiar seu discurso ao da Igreja do século XVII. É preciso não esquecer que a presença da epígrafe constitui um jogo discursivo em que o campo teológico surge como uma autoridade que une o exterior e o interior do discurso, integrando-os.

Ao enunciar a saudação *Minha Senhora*, põe-se à mostra a identidade da mulher portuguesa, espelhada na imagem da Virgem Maria e cria-se um cenário em que o enunciador mostra-se distante de seu co-enunciador, mas busca aproximar-se dele, marcando as identidades EU/TU e o quadro espaciotemporal e o campo discursivo em que se inscreve seu discurso. Identificado o co-enunciador, apreendido pelo item lexical *Senhora*, o sujeito enunciador garante-lhe *status* social e eclesiástico, pressupõe uma relação hierárquica de suserania e vassalagem e coloca-se sob a missão de seu co-enunciador, como um *servo inútil*, conforme podemos observar no fechamento do discurso. Constituída, então, uma cenografia em que o enunciador se qualifica de menor importância, ou seja, um homem humilde, mediador entre Deus e o co-enunciador. Tal atitude comunicativa provoca no co-enunciador um efeito de sentido que o leva a colocar o enunciador como seu orientador. Elaboram-se, a partir disso, compromissos mútuos e possibilidades para a explicitação de procedimentos de discursivização e de construção de novos efeitos de sentido para o discurso.

O modo como o enunciador constrói seu discurso, leva-nos a depreender um tom confessional, sinalizado pelo pedido de desculpas das faltas que ele ocasionou ao co-enunciador em determinada situação de interação, ou seja, em outros eventos comunicativos. Afirma que a *Senhora* a quem se dirige na saudação inicial foi a mais prejudicada, reconhecendo-se como um homem negligente a Deus e ao próximo, atitude depreendida do funcionamento interno e das condições externas que se impõem ao discurso. Para isso, o enunciador estabelece no discurso socialmente situado um espaço de reflexão sobre sua conduta passada, pedindo à *Senhora* que rogue a Deus por ele, conforme explicitado no Recorte 1, linhas (1-6), transcritas a seguir:

Todos se queixam das minhas faltas e todos tem razão, se de mim se queixam. E V.S. muito mais. Mas um homem tão deitado a longe, que pode fazer que bom seja? Quanto é maior a minha tibieza e negligência com Deus e com os próximos, tanto maior espero que seja a caridade de V.S. em rogar por mim a Deus.

O sujeito enunciador assume o comando do discurso, seja por suas histórias passadas ou presentes. Sua cosmovisão decorre das condições socioculturais daquele momento e incide sobre as atitudes tanto dele como de seu co-enunciador. O discurso se constrói, ainda, sobre uma enunciação real e traz argumentos pessoais e funciona como uma espécie de desabafo do enunciador, ocasionado pelo mal que faz a seu co-enunciador fruto de sua ausência, justificada pelo acúmulo de seu trabalho missionário. Esses argumentos particularizam e personalizam o enunciador, caracterizando-o como um homem negligente a Deus, um pecador por não ter condições de atender a todos aqueles que necessitam de seu aconselhamento, como podemos observar no Recorte 2 (linhas 6 a 17), destacadas abaixo.

Em meus pobres sacrifícios, quanto posso, desejo merecer a V.S. a lembrança que tem de mim diante de Deus e que vá adiante a concórdia, que em todas as cousas de V.S. e de sua casa, filhos, netos e sobrinhos se continuem e aumentem as felicidades d'alma e da vida que lhe desejo. Mas em bons desejos se me vai tudo. Nada é o que obro, porque o mais que faço é nada. As melhores Caldas do mundo são a graça de Deus, a santa oração e conformidade com Deus, caridade e paciência nas contrariedades que desejamos. Se nestas se meter a Senhora Condessa, terá quanto quiser de Deus e saberá pacificar-se, não querendo de Deus nada senão o que ele quer, que sempre é o melhor.

Pelo recorte acima constamos, ainda, o enunciador projetando um *ethos* de fragilidade, cuja presença no discurso não pode ser dissociada das condições históricas: *Em meus pobres sacrifícios...* e em *Nada é o que obro, porque o mais que faço é nada*. Mas, ao mesmo tempo, aconselha o co-enunciador a não se sentir abandonado, mas que seja caridoso, apegado a Deus, sem sentir raiva, ódio, saudade ou abandono. De forma indireta, o enunciador, ao colocar-se como um sujeito ausente de suas obrigações, mascara o dualismo de seu posicionamento, supera esse conflito para exercer sua obrigação e orientar o co-enunciador a viver virtuosamente, ligando-se a Deus. Instituídos, por conseguinte, os papéis sociais de ambos, ratificam-se as atitudes enunciativas que devem conservar por professarem a fé na mesma Igreja institucional.

Ao enunciar que é necessário ter caridade e paciência nas contrariedades, o enunciador alicerça-se no Sermão da Montanha, explicita a formação discursiva que fundamenta sua práxis, evidencia o lugar que atribui a si e a seu co-enunciador, propondo, por conseguinte, estratégias para falar de si e colocar-se como alguém que criou uma atitude conflitiva com o seu co-enunciador. Expõe a fraqueza que marca sua vida missionária e aconselha seu co-enunciador a eliminá-la e apegar-se a Deus como a atitude mais importante, pois Ele tudo compreende.

O enunciador encerra sua orientação, reafirmando ao co-enunciador a necessidade de aceitação do papel que ele exerce na Igreja. Para reforçar seus argumentos, por meio de uma manobra de autoridade, institui uma acenografia, em que insere, como exemplo, o padre Fr. Luís, que escreve ao co-enunciador, orienta-a, mesmo com uma ciática. Coloca-se como um homem fervoroso, que continua suas atividades missionárias e deseja recomeçá-las em outra região. E por fim, afirma que as fragilidades do corpo fortalecem o espírito, engrandecem o servo de Deus, exaltando a necessidade do cumprimento de suas funções sociais não para o mundo, mas para o engrandecimento espiritual para a redenção divina. Na verdade, recupera-se aqui um dos princípios barrocos em que a arte deve servir à Igreja e a Deus. O Recorte 3, abaixo (linhas 18-24) revela os argumentos exortativos do enunciador.

Eu vou continuando esta peregrinação por esta banda. Já vai para o fim e desejava começar de novo para Miranda. Não sei se terei tempo, vida e espírito. Faça-se a divina vontade. Os companheiros andam bons. O Padre Fr. Luís entendo escreve a V.S. Agora fica com uma grande ciática. Isto também é bom para os servos de Deus. Encomendemos V.S. a Sua Divina Majestade, que guarde a V.S. quanto lhe peço e desejo.

Percebemos, por esse recorte, que, ao finalizar sua orientação, o enunciador pede ao co-enunciador que reze por ele, colocando-se novamente em situação de submissão na relação eu/tu, confirmando, por conseguinte, o caráter dialógico da linguagem. Constatamos, ainda, o engrandecimento da fé e de confiança no poder de sua oração para o outro, manifestando-se a relação de poder que marca a experiência religiosa e a espiritualidade vigente naquele momento histórico. O objetivo do enunciador, nesse discurso, é mostrar para o co-enunciador, a necessidade de compadecer-se com o outro, independente da presença ou ausência dele. Essa atitude acarreta um engrandecimento espiritual. Assim como ele, o enunciador quer orientar e aconselhar seu co-enunciador, a fim de que ele se coloque favorável a aderir esse comportamento

de compaixão ao próximo e de apelo missionário de suas funções sociais, colocando-se o tempo todo como exemplo.

Para concluir, retomamos nossa proposta de possibilidade de estabelecer um diálogo entre as perspectivas enunciativas e as discursivas, como alternativa de mediação em práticas pedagógicas de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa. Portanto, é importante ter em conta que a enunciação não foi considerada por nós em nível linguístico em que se privilegiam dados estritamente da gramática normativa e descritiva. O discurso de Chagas, tomado aqui como exemplo para a nossa discussão, foi apreendido como prática social significativa e inserida nas condições sócio-histórica de sua produção. Ratificamos, pelas abordagens que contemplamos no decorrer da análise, que devemos apreender a língua não como defendiam os estruturalistas, mas sob a perspectiva da forma como ela organiza as práticas sociais, fazendo emergir o sujeito. Por essa perspectiva, pudemos apreender a forma como enunciador e co-enunciador negociam intencionalidades, definem suas identidades e produzem efeitos de sentido catalisadores. Por essa perspectiva, no ensino de leitura e escrita, na escola, o professor pode propor uma nova abordagem do sujeito estudante, comprometendo-o a assimilar conhecimentos linguísticos, que revelem sua identidade e conscientize-o a tornar-se um cidadão responsável, apto a exercer a cidadania.

Resta-nos, por fim, retornar a Benveniste (1989, p.82), quando postula que “enunciação é o colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. Isso significa que, quando o professor e/ou o estudante constroem seus discursos, enunciam-se como sujeitos, colocam-se como centrais nas práticas sociais, ou seja, definem sua centralidade na sociedade e no mundo que os cercam.

Referências

ADAM, J. M. *Linguistique Textuelle*. Des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.

ALBUQUERQUE, E. B. C. de. *Mudanças didáticas e pedagógicas no ensino da Língua Portuguesa: apropriações de professoras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção da imagem do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução de Alda Scher; Elsa Maria Nitsche Ortiz. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1982. p. 11-80.

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1929.

BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Berna: Éditions Francke, 1932.

BAZERMAN, C. *Escrita, gênero e interação social*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Gêneros textuais tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2009.

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1989.

_____. *Problemas de linguística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas/SP: Pontes, 1991.

BRANDÃO, H. N. Texto, gêneros do discurso e ensino. In: BRANDÃO, H. N. (Coord.). *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BROWN, G.; YULE, G. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CASSANA, M. F. Linguística Textual, Enunciação e Análise de Discurso: limites e perspectivas para um mesmo objeto. In: RevLet – *Revista Virtual de Letras*, v. 05, n. 01, jan./jul, 2013.

CASTRO, V.J. *Espiritualidade cristã: mística da realização humana*. São Paulo: Paulus, 1999.

CHAGAS, F. A. das. *Cartas Espirituais*. Edição Isabel Morujão. Porto: Campo das Letras, 2000.

_____. *Cartas Espirituais*. Edição Manoel Rodrigues Lapa. Lisboa: Sá da Costa, 1957.

CHAROLLES, M.; COMBETTES, B. Contribution pour une histoire récente de l'analyse du discours. *Langue française*. Paris: Larousse, 1999. v.121, p. 76-116.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, J. L. Linguagem e interdisciplinaridade. In: *Alea: Estudos neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 10, a.1, jan/jun 2008.

FLORES, V.; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

GODINHO, Pe. M. *Vida, virtudes e morte com opinião de santidade do venerável Pe. Frei Antonio das Chagas*. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1728.

HARRIS, Z. S. Discourse analysis. In: *Language*, New York, v. 28, p.1-30, 1952.

INDURSKY, F. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs). *Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation: de la subjectivité dans la langage*. 5. ed. Paris: Armand Colin, 1980.

LEVINSON, S.C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LIBÂNEO, J. C. & SANTOS, A. *Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade*. São Paulo: Alínea, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Approche de l'énonciation em linguistique française*. Paris: Hachette, 1981.

_____. *Termos-chave da Análise do Discurso*. 2ª Reimpressão. Trad. Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. A análise do discurso e suas fronteiras. In: *Revista Matraca*, Rio de Janeiro, v.14, n.20, p.13-17, jan./jun.2007.

_____. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. *Análise de Textos de Comunicação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

MICHELETTTI, G. *Enunciação e gêneros discursivos*. São Paulo: Cortez, 2008.

MOESCHLER, J.; REBOUL, A. *Pragmatique du discours*. Paris: A. Colin, 1998.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma linguística indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

PIMENTEL, A. *Vida mundana de um frade virtuoso* (perfil histórico do século XVII). Lisboa: Livraria Antonio Maria Pereira, 1890.

SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Oxford UK and Cambridge USA: Blackwell, 1994.

WEISZ, T. *Por trás das letras*. São Paulo: FDE, 1992 (4 vídeos didáticos e um livro).

_____. As contribuições da psicogênese da língua escrita e algumas reflexões sobre a prática educativa de alfabetização. In: *SÃO PAULO (Estado), Secretaria da Educação, CENP. Ciclo básico em jornada única: uma nova concepção de trabalho pedagógico*. São Paulo: FDE, 1988.